

ENSINO DE HISTÓRIA E A PEDAGOGIA DECOLONIAL: DESCOLONIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

Lucas Truta Barbosa ¹
Patricia Cristina Aragão ²

INTRODUÇÃO

Este artigo, aborda sobre os povos indígenas no campo do ensino de história, trata-se de um estudo e pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, cujo projeto cujo tema é “Povos ciganos e indígenas na pedagogia decolonial: saberes históricos e práticas pedagógicas” traz estas abordagens. Os materiais didáticos, a exemplo do livro didático no contexto do ensino de história, sempre estiveram relacionados a uma política do Estado. Historicamente, a construção estrutural colonialista do Brasil levou a uma colonização dos materiais didáticos, trazendo uma visão eurocêntrica na educação. Como exemplo observamos os recortes dos períodos da História, como por exemplo o estudo de “História Moderna” que resulta na ascensão dos impérios, onde na visão decolonial, seria a expansão do imperialismo.

Durante a segunda metade do século XX, nasce uma nova perspectiva de construção historiográfica crítica que abarque os povos colonizados. Construídos sobretudo no sul global (África, Ásia e América Latina), vai além de uma nova historiografia mas perpassa contribuição com as políticas públicas e práticas pedagógica concretas. Com isso, se constitui como uma forma de empoderar as classes populares e oprimidas.

A formação do Brasil se deu em estruturas colonizadoras e escravistas, além disso, buscava-se neste processo o uso da violência para servir aos colonizadores. Ao mesmo tempo, nascia o capitalismo como modo de produção de exploração e acumulação de riquezas que proviam dessas próprias colônias. A partir desse processo, o contexto histórico dos continentes do sul global é marcado por superexploração e partir que o capitalismo vai se desenvolvendo, vai apresentando sua marca cada vez mais violenta. Retomando ao contexto nacional, a formação dos latifúndios e o avanço do agronegócio fez com que os povos do campo e das reservas indígenas lutassem pela luta pela terra e por seus direitos constitucionais.

Os povos indígenas, vem passando por essa forma de violência desde a chegada dos portugueses em suas terras, apresentam simbologias de resistência nos seus impasses até os dias atuais. Desde do início da colonização, os povos indígenas eram vistos como sem história e sem cultura, este tipo de visão permeiou no contexto da sociedade e do ensino colocando estes segmentos étnicos, na qualidade de povos aculturados deixaram de serem indígenas. Assim, os “índios puros”, abordado pelos historiadores tradicionais na obra de Almeida, foram extintos. Na visão de Almeida (2010, p. 13-14):

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba – PB,
ltruta.barbosa@gmail.com;

² Professora do departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutora em educação, patricaa@yahoo.com;

Pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses. Teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os objetivos dos colonizadores. Além-disso, em geral, apareciam na história como índios apenas no momento do confronto, isto é, quando pegavam em armas e lutavam contra os inimigos. Assim, os tamoiós, os aimorés, os goitacazes e tantos outros eram vistos como índios guerreiros, que resistiram bravamente à conquista de suas terras. Foram, no entanto, derrotados e passaram a fazer parte da ordem colonial, na qual não havia brecha nenhuma para a ação. Tornavam-se, então, vítimas indefesas dessa ordem. Na condição de escravos ou submetidos, aculturavam-se, deixavam de ser índios e desapareciam de nossa história.

Nesse sentido, é de fundamental importância que as escolas brasileiras, no que se refere ao ensino de história, empreendam outro tipo de debate sobre os povos indígenas, aquele relativo a sua resistência, a luta pelas suas tradições culturais e a história do seu povo a partir de sua visão. Com isso, alcançaremos a identidade indígena nos jovens e adultos que lutam por políticas públicas para seus povos e na luta pelo seu reconhecimento dentro do povo brasileiro. O presente projeto busca relacionar o ensino de história com essas políticas públicas e suas consequências concretas. O uso da pedagogia decolonial no combate ao colonialismo e ao racismo e a pedagogia crítica como práxis marxista humanista na luta anticapitalista. É necessário compreender que a luta nas salas de aulas é política e está atrelada ao sistema estrutural que constrói a sociedade, então os moldes de ensino é reflexo dos que governam. A luta pela emancipação do ensino não é um evento concreto e sim uma série de episódios onde os professores que acreditam em um projeto de educação que seja solidário e justo são trabalhadores:

Não há dominação que não produza nos dominantes e nos dominados, posições e atitudes, valores e formas de leitura do mundo que são contrários uns aos outros. Ninguém, nenhuma pessoa, nenhuma classe, nenhum grupo sob dominação até ontem e demonstrando um comportamento ambivalente e duplo, passa a ser diferente hoje. Um novo homem e uma nova mulher nunca serão o resultado de uma ação mecânica, mas apenas de um processo histórico e social profundo e complexo. Um novo homem nasce pouco a pouco, gradualmente; ele não nasce adulto. (FREIRE, 1996, p. 174).

METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A metodologia utilizada no presente trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica e documental onde utilizamos de políticas educacionais, para problematizar o lugar social e político dos povos indígenas no contexto educacional, a partir do ensino de história, para isso foi utilizada como fonte um composição de rap, produzida por um jovem indígena Kunumi MC, problematizando o lugar destes grupos étnicos no Brasil. Nossa proposta é problematizar a colonização dos materiais didáticos e buscar novas práticas pedagógicas que dialoguem com um projeto de sociedade que abarque todas etnias enquanto povo brasileiro. Nesse presente projeto, analisaremos a questão dos povos indígenas e de como os saberes históricos pode levar para aprimoramento desses povos enquanto sociedade. Além de usar, como prática pedagógica o rapper indígena brasileiro Kunumi MC.

O ensino de história dos povos indígenas é garantido pela Lei 11.645 de 2008 que modificou as Diretrizes e Bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Indígena. Porém, o que vemos na prática, é justamente a precarização na regulamentação da lei. Existe uma série de

dificuldades nesse processo, muitos professores acabam seguindo o modelo neoliberal padrão: o aluno aprende o ensino de história tradicional, ingressa no ensino superior, depois no mercado de trabalho e transforma em apenas uma mão de obra. Esse sistema rígido antidialógico acaba sendo a realidade da maioria das escolas brasileiras. Pensar em uma pedagogia freireana e de crítica marxista a estrutura da sociedade é que me fez construir esse projeto na perspectiva dos povos indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A existência da Lei 11.645/2008 é fruto de muita luta e resistência dos movimentos sociais indígenas junto com indigenistas que buscam pelo reconhecimento de sua etnia. A presença desse movimento no cenário nacional começa a partir de 1970 e mais precisamente na constituição de 1988, onde o Estado brasileiro reconheceu uma dívida histórica com esses povos. Começou a se pensar também na educação indígena, ou seja, uma educação desses povos que não remetam a comunidade não-indígena. Porém, observamos uma dificuldade na praticidade dessa lei, onde universidades não sofrem penalização após não incluir no plano curricular, escolas que sequer saibam dessa lei e secretarias de educação municipais e estaduais que simplesmente ignoram. Vários aspectos contribuem para isso, como o racismo institucional e o conceito do positivismo da história. Muitas escolas ainda ensinam que o Brasil “nasceu” em 1500, ignorando toda a história no período “pré-colonial”.

A lógica integracionista adotada no século XX, levava os povos indígenas a deixarem suas terras para ocuparem espaços “civilizadores”. Essa política de Estado foi utilizada a partir do momento que observaram os povos enquanto seres humanos porém que precisava ser “civilizado” para que possam ser reconhecido enquanto cidadão brasileiro. Na criação do Estado Novo e na busca no sentimento nacional, o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) reservava apenas um espaço para os povos indígenas: o passado. Durante esse período, a base historiográfica era a obra de Gilberto Freyre intitulada “Casa Grande e Senzala” que afirma que os povos indígenas eram semicivilizados e que apenas serviram para contribuir na miscigenação

Para o sociólogo colombiano Aníbal Quijano, nos países que foram colonizados ainda a “Colonialidade do Poder”, matida por aparelhos estatais ligadas a burguesia colonial. O autor ainda distigie colonialismo e colonialidade. O colonialismo refere-se a dominação política de um território sobre o outro (por exemplo, quando Portugal dominou o território brasileiro) enquanto colonialidade se refere ao colonialização intelectual, material. De acordo com Quijano (2009, p. 23):

É um dos elementos constitutivos e específicos de um padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular daquele padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social.

A pedagogia crítica dialogável de Paulo Freire esta ligada à visão dialética da história e complementar na organização política adequada dentro do Humanismo Marxista. Põe-se a subjetividade e objetividade da consciência dos homens e mulheres enquanto uma relação dialética, opondo a lógica binária. Com isso mantém o elemento solidário que promove a transformação revolucionária de um projeto de sociedade que caiba os sonhos do povo brasileiro. Sem a práxis, a sociedade seria entregue ao sistema desumanizador que olha as reservas indígenas enquanto mercado e os povos enquanto mão de obra.

É bastante difícil falar das práticas pedagógicas na perspectiva indígena sem vinculação política e anticapitalista. Um sistema que cresceu na violência dos povos do campo e das florestas não dá espaço para um povo que tem sua cultura própria e apenas querem viver em tribo com seus valores específicos. O avanço do agronegócio, disfarçado com o ideário do desenvolvimento nacional, leva a mais mortes para aqueles que lutam por suas terras. Um país realmente desenvolvido busca um projeto de nação que luta por sua soberania e por seus povos. A pedagogia crítica como práxis revolucionária busca o reconhecimento dos povos indígenas naquilo que eles realmente são: agentes sociais que também constrói o povo brasileiro.

Quando vamos partir para a realidade, por mais que os professores compreendam sobre Paulo Freire não sabem como dialogar com seus alunos. Uma das maiores expressões da juventude das camadas populares do século XXI se encontra na expressão artística que sofre mais perseguição: o RAP.

O *rap* nasceu nas periferias das cidades grandes, se popularizando nos EUA e chegando no Brasil por volta de 1980. Na década de 1990, se popularizou com Thaíde, Racionais MC's, Código 13, etc, como forma de expressão das camadas populares e com auto-afirmação do *rap* como estilo musical. Os artistas que aderem a esse ritmo, conhecido como MC's buscam ecoar gritos de resistência com temáticas, muitas vezes sociais a que se encontram.

Por meio do dialeto informal, do estilo crítico das letras, uso figurativas e de metáforas, o autor se constitui com o grupo. Ou seja, a partir do momento que os MC's relatam suas experiências através da música, um grupo social se identifica pois as experiências não são individuais e sim coletivas. Esse é uma característica que faz com que o *rap* seja universalizado, a capacidade de construir o elo entre a realidade individual com o meio social. Além disso, as sonoridade, rimas e velocidades do *rap* leva o receptor a receber melhor a mensagem, a "grudar" na mente. Por isso, a cultura e a arte é a principal ferramenta de diálogo com a população e nesse caso, com a juventude das escolas populares brasileiras.

Em 2016, um artista chamada Kunumí MC se popularizou por trazer o rap para trazer a realidade dos povos indígenas. Pertencente a etnia guarani m'byá saído da aldeia Krukutu, em Parelheiros, na zona sul de São Paulo, é o primeiro indígena rapper do país. Suas músicas trazem temas como reconhecimento dos povos indígenas e demarcação de suas terras.

Lutar, por causa do meu povo / e por causa dos negros / que são muito humilhados
Nego, o Kunumi chegou / Tentando demarcar e é zika para lutar / Nego o Kunumi
chegou / Tentando demarcar e salvar o nosso estar (KUNUMÍ MC, 2016)

Nesse trecho, ao trabalhar a temática indígena nas salas de aula na perspectiva da decolonialidade, os professores podem utilizar esse rap como ferramenta de comunicação e quebra da pedagogia tradicional. Nessa estrofe acima, além de apresentar a resistência dos povos indígenas, mostra uma face desses povos que muitos não reconhecem: de também contribuem e enriquecem para cultura brasileira. Por mais que a entrada do *rap* ainda sofra retaliação por camadas mais tradicionais, ignorar a cultura da juventude brasileira é retirar o indivíduo do meio social e ocultar sua criticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da presente pesquisa é possível concluir as práticas pedagógicas possíveis para trabalhar a questão indígena na perspectiva da decolonial e o rap possibilita tal discussão. O ensino de História com seu papel de construir novos homens e mulheres para

sociedade tem como abertura suas aulas para essas propostas. Ao percebermos os problemas como históricos e estruturais, fica mais fácil para problematizarmos e buscarmos alguma forma de solução. Além disso, é válido trazer a questão capitalista como complementar para a problemática.

Na pesquisa, o *rap* foi apresentado como ferramenta cultural de diálogo com os alunos. Nisso, trouxe o rapper Kunumi MC que trabalha as questões indígena nas suas musicalidades, além da questão da representividade que leva para os espaços. Devido ao colonialismo intelectual, fica difícil observar os povos indígenas em espaços musicais das camadas populares urbanas, por isso o papel do rapper é de extrema importância na quebra de valores na enraizados em nossas mentes.

Palavras-chave: Decolonialidade. Educação. Pedagogia Crítica. Povos Indígenas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, p. 13-14;

FREIRE, Paulo. **Cartas para Cristina: reflexões sobre minha vida e práxis**. Brasil: Ed. Paz e Terra, 1994.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.